

F. CASTRO

UMA vantagem de 83,3 por cento sobre a «auto-entitulada» direcção da Associação, conseguida nas urnas, em eleições repetidas, não convencem os responsáveis do Ministério da Educação a receber os líderes do movimento estudantil desencadeado na Faculdade de Letras de Lisboa. No entanto, eles, que se faziam acompanhar de representantes das suas congéneres do Porto e de Coimbra, envolvidas na mesma «guerra», só queriam que o ministro ou o secretário de Estado do Ensino Superior confirmassem, por escrito, as promessas já feitas pelo primeiro, em relação ao seu caderno reivindicativo.

«João de Deus Pinheiro anda a brincar conosco», disse-nos um dos milhares de estudantes que na última sexta feira manifestaram o seu descontentamento nas proximidades do edifício onde está instalado o Ministério da Educação e Cultura.

O estudante referia-se ao facto de o ministro ter recebido alguns dias antes os membros da direcção da Associação de Letras de Lisboa, afecta à JC e à JSD, com a qual terá feito um acordo, «quando se sabe que aquela estrutura não é representativa da escola».

Com efeito, e por entender que a direcção se fez reeleger «por formas de duvidosa legalidade (corre um processo-crime no sentido de apurar a fraude eleitoral)», uma RGA decidiu anular a votação de 5, 6 e 9 de Fevereiro e marcar a repetição do acto para 17, 18 e 19, altura em que o elenco afecto ao movimento conseguiu 83,3 por cento dos votos.

Def que a atitude do ministro não tivesse caído bem entre os estudantes de Letras. «A direcção classificou a reeleição do órgão máximo da escola como um «acto de selvajaria», nunca participou nas reuniões de alunos, não apresentou uma única proposta e começava o texto do seu programa de recandidatura pela seguinte frase: 'Pela primeira vez temos emprego garantido'», observou um dos líderes do movimento.

É evidente que, como adiante se verá, não há garantias de emprego para ninguém. O projecto das novas saídas profissionais levará meses a elaborar (um membro do Conselho Científico da Faculdade de Letras, apontou-nos, com uma grande dose de optimismo, o final de Março), e neste momento há cerca de nove mil licenciados em Letras no desemprego.

Acordo «positivo»

Os estudantes consideram «positivo» o acordo estabelecido no Porto entre a sua Comissão Coordenadora Nacional e os presidentes dos conselhos científicos e pedagógicos das Faculdades de Letras das várias universidades, porque «consagra alguns pontos» do seu caderno reivindicativo, mas entendem que o Ministério da tutela deve garantir o seu cumprimento.

«É esta a razão - explicou-nos o líder do movimento - que nos levou a pedir uma audiência ao ministro. Queremos que ele confirme o acordo, porque não basta dizer que a Universidade é autónoma (os Conselhos Científico e

ESTUDANTES DE LETRAS SÓ QUEREM A CONFIRMAÇÃO

Ministro à espera dos reitores

NAO QUEREMOS PROMESSAS QUEREMOS VOTOS



Pedagógico não podem assumir responsabilidades de reestruturação sem garantias financeiras) e que discute directamente conosco os restantes pontos do caderno reivindicativo.

«Entre outros aspectos, pretendemos discutir com João de Deus Pinheiro aquele que diz respeito ao licenciamento das três novas universidades privadas. Tendo sido o próprio ministro a considerar excessivo o número de licenciados no domínio das Letras, não se compreende que seja ele o autor de tais licenciamentos.

Mais: as novas universidades concorrem predominantemente naquela área e, ainda por cima, «com reconhecimento automático das licenciaturas» ou seja, «as licenciaturas são reconhecidas antes de produzirem um único licenciado».

«O ministro - adiantou - respondeu com um telex enviado aos reitores, com a indicação de que fosse dado conhecimento do seu conteúdo aos estudantes, segundo o qual é remetida para as universidades a exclusiva capacidade de decisão nestas matérias».

Ora, os estudantes sabem que as universidades não se podem dotar a si próprias de meios

financeiros para resolver estes e outros problemas. Por isso, «se o ministro passou a bola para os conselhos científicos, deve ratificar agora as suas decisões, tomadas de acordo com as posições dos alunos de Letras».

É preciso apoio

Para o Conselho Directivo da Faculdade de Letras de Lisboa também não há dúvidas: «Os científicos, por si só, não têm possibilidades de resolver o que está em discussão. É preciso um grande apoio do Ministério. A aplicação das exigências dos estudantes exige um esforço enorme».

«Há dois problemas», explicou o prof. Victor Jabouille: «Por um lado, a reestruturação (questão de fundo) e, por outro, um regime de transição, a nível de profissionalização pedagógica».

«A Faculdade é frequentada neste momento por cerca de sete mil alunos, e se vamos ter um novo primeiro ano precisamos de muito mais espaço. Será necessário alugar instalações e dinheiro para contratar novos professores».

Como se sabe que o ministro corta sempre as verbas pedidas pelas universidades, colocando os seus responsáveis em situações de grande embaraço?

«Este ano foi-nos concedida uma dotação extraordinária de 21 600 contos, para contratação de pessoal, mas os cortes no orçamento fizeram com que a crise se mantivesse».

«Não sou a favor do 'numerus clausus' - adiantou Victor Jabouille - mas a verdade é que as Faculdades não têm capacidade para tantos alunos».

Basta ver para crer? Na Faculdade de Letras de Lisboa, por exemplo, só cerca de dez por cento dos docentes é que têm gabinete próprio, e a biblioteca, preparada para receber 1200 alunos, tem de comportar sete mil. Em relação às restantes instalações, a situação não é muito melhor: «Está tudo no limite da ocupação».

O descontentamento dos estudantes reside ali e noutras razões. «Eles sabem - observou Victor Jabouille - que vão sair daqui com um 'canudo', o qual, por si só, não constitui uma garantia de emprego».

A Faculdade não pode dar garantias de trabalho a ninguém, «mas pode propor saídas profissionalizantes para além do ensino, desde que haja lá fora resposta coincidente com esses interesses».

Os alunos têm sugerido a criação de várias vias de formação, uma das quais normal, ligada ao desempenho de tarefas em autarquias, bibliotecas, editoras, etc., e Victor Jabouille apontou mais duas possíveis: o jornalismo (teríamos finalmente um curso superior de jornalismo, de que já há experiência em Letras), e os 40 mil processos da Inspecção, em que ninguém pega e a Faculdade podia preparar gente para esse trabalho.

Projectos em análise

Entretanto, os científicos vão analisando vários projectos de estudo, não só no tocante ao novo plano curricular para as licenciaturas, mas também no que se refere a eventuais cursos de especialização e profissionalização para a docência, após a licenciatura.

«Para a concretização de todos os projectos - disse-nos o prof. Malaca Castelleiro - precisamos de saber qual é o número de alunos eventualmente interessados, os recursos humanos de que poderemos dispor, sobretudo docentes, e com que instalações vamos contar para o efeito».

«Só depois dos estudos estarem concluídos, é que nós poderemos apresentar ao Ministério propostas muito concretas e devidamente quantificadas no que respeita aos meios financeiros necessários para pôr a funcionar os novos cursos».

O primeiro passo a dar, talvez seja a realização de um inquérito entre os alunos do 4.º ano, no sentido de se saber quais são as suas intenções relativamente a saídas profissionais.

Muitos dirão que pretendem ficar pela licenciatura e com ela melhorarem o emprego que já têm, outros mostrar-se-ão certamente interessados em concorrer, depois da licenciatura, ao ensino, e outros ainda devem escolher a frequência de cursos de especialização pós-licenciatura, a oferecer pela Faculdade.

Dia	1
	2
	3
	4
	5
	6
	7
	8
	9
	10
	11
	12
	13
	14
	15
	16
	17
	18
	19
	20
	21
	22
	23
	24
	25
	26
	27
	28
	29
	30
	31

Conflicto - estudantes

JAN	FEB	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

